



POLÍTICAS PÚBLICAS NA EDUCAÇÃO SOB UMA PERSPECTIVA NEOLIBERAL

Socorro Waldiana Jucá Souza¹

Alessandro Ferreira Alves²

Alessandro Messias Moreira³

Resumo: No final dos anos 1970, as principais economias iniciaram um processo de mudanças nas suas plataformas político-econômicas, causando uma ascensão política da tradição neoliberal em todo o mundo. Diante deste cenário, os sistemas educacionais passaram por modificações que incluíram o currículo e a gestão escolar e os processos de avaliação externa em larga escala que vêm tendo grande destaque no contexto contemporâneo. Partindo dessa perspectiva, esta pesquisa tem o objetivo de analisar a prática dos professores do 2º ano do Ensino Fundamental em relação ao uso pedagógico dos resultados das avaliações externas para a melhoria da aprendizagem de estudantes que se encontram em processo de consolidação de habilidades e competências de leitura e escrita. A pesquisa é de natureza predominantemente qualitativa e se dará a partir do levantamento literário e de fontes documentais, além da análise da narrativa de coordenadores pedagógicos e professores de escolas da rede pública municipal de Fortaleza — CE. Através de entrevistas, os participantes discutiram sobre o Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Ceará (SPAECE), que é a política educacional de avaliação do estado, aplicada de forma censitária aos estudantes do 2º, 5º e 9º ano do Ensino Fundamental e da 3ª série do Ensino Médio. Nesse sentido, com o estudo realizado pretende-se ampliar o embasamento teórico dos docentes sobre a análise de resultados como instrumento pedagógico no plano de aula e a compreensão sobre as políticas públicas sob uma perspectiva neoliberal.

Palavras-chave: Avaliação externa. Desenvolvimento regional. Neoliberalismo. Políticas públicas.

¹Socorro Waldiana Jucá Souza (<http://lattes.cnpq.br/0297847320189718>). Universidade do Sul de Minas - UNIS. Varginha, MG, Brasil.

E-mail: waldianasol@yahoo.com.br.

²Alessandro Ferreira Alves (<http://lattes.cnpq.br/7860986142316472>). Universidade do Sul de Minas - UNIS. Varginha, MG, Brasil.

³Alessandro Messias Moreira (<http://lattes.cnpq.br/5303526458310366>). Universidade do Sul de Minas - UNIS. Varginha, MG, Brasil.

INTRODUÇÃO

O neoliberalismo tem determinado a localização e a distribuição de atividade econômica, emprego e população, portanto, conseguiu instituir um envolvimento proativo do Estado. Neste sentido, Brenner (2004) argumenta que essas mudanças causaram uma alteração estrutural, centralizando uma crescente aglomeração urbana e provocando estratégias de competição locacional. Isso resultou em uma exacerbação de um padrão desigual de desenvolvimento social e econômico, visto que o capital tende a buscar aquelas áreas que geram maiores retornos.

Diante dessas desigualdades, relatórios de organizações internacionais repensam estratégias de desenvolvimento regional, como: a) Relatório de Desenvolvimento do Banco Mundial: propõe políticas neutras no espaço onde os atores se deslocariam no território em busca da melhor alocação para os seus ativos; b) Relatório de Sapir: estratégias focalizadas nos Estados-Membros, em particular, no país ao invés das regiões subnacionais; c) Relatórios da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico): o primeiro relatório defende que todas as regiões possuem potencial de crescimento e desenvolvimento, buscando os fatores que impactam em cada região, tornando-as mais produtivas e competitivas; o segundo, enfatiza as características individuais das regiões, nas quais o investimento deve ser em prol do seu próprio crescimento, mobilizando os recursos locais.

Embora apresentem novidades, essas estratégias não se afastam da ideologia do neoliberalismo, pois ainda estimulam a competitividade e os investimentos guiados pelo mercado, em que o Estado apenas disponibiliza os recursos para o financiamento de atividades para a região, mas a decisão de investir é da iniciativa privada. Esses investimentos podem causar o crescimento de uma região, o que pode ampliar os desafios do planejamento regional, daí a importância de adotar políticas públicas baseadas na inclusão social, econômica e territorial, o que implica uma lógica de gestão urbana que priorize o desenvolvimento com sustentabilidade.

O impacto do neoliberalismo também influenciou mudanças na educação. Segundo Levi (1998), a reforma educacional se alastra no mundo como uma “epidemia política”. Esta epidemia é sustentada por instituições e organizações poderosas, tais como o Banco Mundial e a OCDE, que atraem políticos de diversas tendências. Assim, estas estratégias são costumeiramente articuladas e contextualizadas ao interesse ideológico e dogmático da política neoliberal a serviço do capital com o aval da política de governo. Inclusive, muitos países que participaram das reformas educacionais sobre a renovação da organização da gestão escolar tiveram uma melhora na educação com as empresas privadas que trabalhavam para atingir metas na educação.

Desse modo, as reformas educacionais tiveram a adoção das empresas privadas nas organizações públicas e na gestão escolar. Podemos citar as empresas no campo da gestão educacional que atuam nos Institutos e Fundações vinculados a grandes grupos empresariais e instituições financeiras, tais como: Instituto Unibanco, Instituto Natura, Instituto Ayrton Senna, Fundação Lemann, Fundação Educar Dpaschoal, Parceiros da Educação, Instituto Itaú Social, Todos Pela Educação (este agrega diferentes movimentos), entre outros, que, sem fins lucrativos, implementam programas que incidem sobre o conteúdo da educação pública, no âmbito pedagógico e na gestão (Peroni; Caetano, 2015).

Nesse contexto, as reformas educacionais iniciadas nos anos 1990 partiram das empresas privadas, visto que, se esses processos de mudanças ocorressem nas instituições públicas em qualquer setor, as modificações radicais da privatização no âmbito sofreriam de paralização constante e não teriam uma evolução na gestão educacional.



Dentre as mudanças na educação, uma das principais foi o processo de avaliação externa em larga escala aplicado aos estudantes de todo o país como instrumento de monitoramento na agenda de políticas nas instituições educacionais.

Serão considerados neste trabalho os processos avaliativos desenvolvidos pelos docentes pedagogos na sala de aula e pela rede de ensino do município de Fortaleza, não só com caráter somativo, mas, principalmente, diagnóstico e formativo, com relação à política pública de avaliação externa, em que as instituições escolares estão sendo submetidas na contemporaneidade pela política pública educacional de avaliação de rede. Posto isso, esta pesquisa se faz importante devido às mudanças ocorridas pela reforma educacional em diversos países, inclusive no Brasil, e que participaram da primeira Conferência Mundial de Educação para Todos, em Jomtien, na Tailândia, em 1990¹.

Estas nações se comprometeram a impulsionar políticas públicas educativas articuladas a partir do Fórum Consultivo Internacional para a “Educação para todos” (*Education for All*–EFA), coordenado pela UNESCO², que, ao longo da década de 1990, realizou reuniões regionais e globais de natureza avaliativa. A função dessas reuniões era diagnosticar e proporcionar conhecimentos válidos e fidedignos acerca da aprendizagem dos alunos, como também, permitir que o docente se aproprie das dificuldades e das deficiências em determinados aprendizados dos conteúdos ensinados. Segundo Fernandes (2009), têm sido muito debatidas na literatura as características das avaliações externas, tais como: seu papel no sistema educacional; suas vantagens; suas relações com a prestação de contas; sua validade e confiabilidade dos resultados, assim como as questões de equidade, de comparabilidade, de transparência e ética.

Partindo desse contexto, esta pesquisa investigou os métodos aplicados para avaliar o desempenho dos estudantes de quatro escolas da rede municipal de Fortaleza que obtiveram os melhores resultados no Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Ceará (SPAECE), nos anos de 2022 e 2023, e de três escolas que apresentaram as proficiências mais baixas.

Em tese, avaliações externas, como o SPAECE, contribuem positivamente para a educação, fazendo com que as políticas públicas educacionais avaliativas de larga escala definam padrões e expectativas para o aprendizado dos alunos, podendo servir, também, para orientar o trabalho das escolas, guiando o planejamento dos professores e apontando as dificuldades e potencialidades de cada aluno.

Nesse sentido, o objetivo desta pesquisa é analisar a prática pedagógica dos professores do 2º ano do Ensino Fundamental em relação ao estudo dos resultados das avaliações externas como metodologia de melhoria da aprendizagem da leitura e da escrita dos estudantes, bem como a forma de como é feita essa análise. A política pública de avaliação externa possibilita produzir para a sociedade e para a comunidade escolar informações sobre a qualidade do ensino nas escolas em relação aos componentes curriculares avaliados.

De modo efetivo, esta pesquisa justifica-se por realizar um estudo do desempenho de escolas que se destacaram nas políticas de avaliações externas, como o SPAECE, que possibilite verificar as diferenças e semelhanças com base nos resultados dos conhecimentos coletados em relação ao processo avaliativo utilizado em sala, no sentido de buscar experiências exitosas quanto aos fundamentos teóricos e às práticas, de modo que possa contribuir para a melhoria do desempenho dos docentes e dos estudantes da rede de ensino de Fortaleza.

¹ Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-mundial-sobre-educacao-para-todos-conferencia-de-jomtien-1990> Acesso em: 3 out 25.

² Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000212712_por Acesso em: 4 out 25.



Este trabalho está organizado de forma a apresentar a avaliação externa em larga escala como uma política educacional no estado do Ceará, mais especificamente o Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Ceará (SPAECE). Inicialmente, é apresentada a metodologia, detalhando os procedimentos e instrumentos adotados para a coleta e a análise de dados. Em seguida, estão expostos os resultados alcançados, evidenciando o desenvolvimento regional e as políticas públicas educacionais sob uma perspectiva neoliberalista, destacando a reflexão sobre a narrativa de professores e coordenadores pedagógicos referentes ao SPAECE e a gestão de resultados. Por fim, as considerações finais sintetizam as principais contribuições dos participantes desta pesquisa em refletir sobre a avaliação externa como um instrumento que oportuniza a análise do desempenho dos estudantes sendo fundamental para o aperfeiçoamento da prática pedagógica dos professores em sala de aula, visando a melhoria da aprendizagem e a elevação de indicadores educacionais.

METODOLOGIA

Esta pesquisa é de natureza predominantemente qualitativa, embora dados quantitativos *à priori* sejam importantes, considerados como fundamentais para a escolha das escolas que foram estudadas no âmbito deste trabalho. O desdobramento dessa investigação se deu a partir da análise exploratória, que envolveu a realização de levantamento literário e de fontes documentais, os quais servirão como subsídios para o escopo desta pesquisa. Dessa forma, buscou-se teorias direcionadas aos processos avaliativos aplicados nas escolas, cujo propósito é o de fundamentar e auxiliar os dados posteriormente coletados em campo em pesquisa empírica.

A natureza das informações dos participantes desta investigação nas entrevistas semiestruturadas foi capturada a partir de suas falas e interpretada a partir das categorias de análises que surgiram do enunciado dos participantes desta pesquisa. Esta pesquisa analisou a fala de sete coordenadores pedagógicos de escolas da Prefeitura Municipal de Fortaleza, capital do estado Ceará, e 12 professores pedagogos das turmas de 2º ano do Ensino Fundamental. Para a escolha das escolas a serem analisadas na investigação, foi usado o procedimento de *survey*, em que a amostra não probabilística se identifica como casos excêntricos.

Assim, as escolas foram escolhidas em virtude de representarem casos singulares para o foco da pesquisa. Para tal, a pesquisa buscou se apropriar das informações dos padrões de desempenho das escolas excepcionais que se mantiveram com o desempenho adequado no SPAECE nos anos de 2022 e 2023 e das escolas que obtiveram as proficiências mais baixas.

Os profissionais pedagogos(as) e coordenadores(as) das escolas selecionadas foram submetidos a entrevistas semiestruturadas acerca das seguintes questões: 1. Análise de documentos, dos processos avaliativos e/ou relatórios que apresentem registros do desempenho dos alunos no âmbito do processo de aprendizagem da leitura e da escrita; 2. Análise da fala dos coordenadores pedagógicos e professores de sala de aula sobre os instrumentos de avaliação aplicados aos alunos e a análise dos resultados dessas avaliações, visando a melhoria da aprendizagem; 3. Comparação das práticas pedagógicas dos professores em relação à análise de resultado das avaliações externas de quatro escolas da rede municipal de Fortaleza que obtiveram os melhores resultados no SPAECE 2022 e 2023 e de três escolas que apresentaram a proficiência mais baixa.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Desenvolvimento regional e o neoliberalismo



O neoliberalismo supõe que o mercado precisa ser construído, bem como as condições para o modelo neoliberal de “boa sociedade”, uma vez que não são produzidas naturalmente. A definição de “boa sociedade” está ligada à liberdade dos indivíduos, dos mercados, das corporações, dos contratos e transações comerciais e financeiras (Mirowski, 2009). Os defensores da política neoliberal argumentam que o mercado tende a crescer, inovando-se com eficiência, enquanto as regulamentações e despesas governamentais impedem esse crescimento, pois sufocam o empreendedorismo.

No Brasil, o neoliberalismo se desenvolveu devido ao intenso endividamento público, em que os organismos multilaterais de crédito, como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional, inspiraram mudanças que deveriam ser seguidas. Dentre essas mudanças estavam: a) Disciplina fiscal rigorosa de gastos públicos; b) Abertura comercial e financeira; c) Privatizações e desregulamentação das atividades econômicas; e d) Defesa da propriedade intelectual. Em consequência dessa adesão do Brasil à agenda neoliberal, as políticas regionais foram abandonadas.

Algumas estratégias de desenvolvimento regional foram pensadas a partir de relatórios de organizações internacionais, como o Relatório de Desenvolvimento, do Banco Mundial, o Relatório de Sapir e os Relatórios da OCDE. Apesar de apresentarem novidades, essas estratégias não estão dissociadas da ideologia do neoliberalismo, pois estimulam a competitividade e os investimentos guiados pelo mercado, em que a decisão de investimento parte da iniciativa privada e o Estado disponibiliza os recursos para o financiamento de atividade em uma determinada região.

No final dos anos 2000, a questão regional volta a ganhar destaque com a criação da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), tendo como objetivos reduzir as desigualdades entre as regiões brasileiras e promover a equidade no acesso a oportunidades de desenvolvimento e orientação dos programas e ações federais. De acordo com Alves e Rocha Neto (2014), um avanço relevante da PNDR foi a definição de critérios para elencar os espaços prioritários para atuação da política, através da qual foi construída uma tipologia das microrregiões (Alta Renda, Dinâmicas e Estagnadas e de Baixa Renda) de acordo com as variáveis de rendimento domiciliar médio e do crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) *per capita*. Outro aspecto positivo foi a ruptura com a tradição de políticas regionais anteriores que centralizavam as decisões.

Em relação aos programas financiados e ações da PNDR, cita-se: o Orçamento Geral da União; os Fundos Constitucionais (Fundo Constitucional de Financiamento do Norte, Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste e Fundo Constitucional de Financiamento do Centro Oeste); o Fundo de Desenvolvimento do Nordeste (FDNE); o Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (FDA); Fundos de Desenvolvimento do Centro-Oeste (FDCO); dentre outros. Apesar dos esforços, a PNDR não obteve resultados muito satisfatórios, caracterizando-se como um conjunto de instrumentos sem uma política. Para Araújo (2013), o sucesso de políticas de transferência de renda, como o Programa Bolsa Família (PBF), na diminuição das desigualdades de renda, deixaram para segundo plano a necessidade de políticas explicitamente regionais.

Apesar da relevância do PBF no ato de prevenir e reduzir a situação de pobreza no país, Monteiro Neto (2015) destaca que essas políticas não solidificam a produção, fazendo com que sejam necessárias as políticas regionais para que ocorra mudança na estrutura produtiva e na oferta de bens e serviços. Nesse sentido, vale ressaltar a significativa atuação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), pois é a principal fonte de financiamento da atividade produtiva no país. A atuação do BNDES foi decisiva para elevar novos projetos nas regiões, devido ao grande volume de recursos aplicados. Porém, alguns



fatores contribuíram para a redução da sua atuação a partir de 2015, como: o desaquecimento da economia; a aprovação da nova taxa de juros de referência de seus empréstimos, a Taxa de Longo Prazo (TLP); a decisão sobre o pagamento antecipado dos empréstimos ao Tesouro Nacional.

Essas políticas regionais são fundamentais para o desenvolvimento equilibrado das diferentes regiões do país, pois visam reduzir as desigualdades socioeconômicas, promovendo o crescimento econômico e a melhoria da qualidade de vida da população. Para isso, é importante que essas políticas sejam planejadas de forma integrada e sustentável, considerando as especificidades de cada região, promovendo a participação da sociedade e garantindo uma distribuição mais equitativa dos recursos e das oportunidades.

Ainda sobre desenvolvimento regional, vale ressaltar que, no período pós-guerras mundiais, viu-se a necessidade de considerar a interdisciplinaridade em relação ao seu conceito, rompendo o olhar setorial e adquirindo uma compreensão das dinâmicas de um território, numa perspectiva associada ao crescimento. A comunicação teve um papel fundamental nesse processo, pois o ambiente midiático expandia sua cobertura e contribuía para a difusão tecnológica, que era entendida como condição para o desenvolvimento.

Segundo Bolaño (1996), existe uma forte relação entre os movimentos de globalização da economia com a mudança estrutural dos sistemas de comunicação. Favaretto (2020), indica que a teoria da comunicação se torna significativa a partir do momento que incorpora instrumentos que possibilitam a compreensão crítico reflexiva da teoria da modernização. Esse processo pode vir a contribuir para o desenvolvimento territorial, evitando que a comunicação seja usada de forma persuasiva ao ponto de gerar mudanças de comportamento nas culturas originárias de países e regiões desfavorecidos pelos países ocidentais do Norte (Barranquero-Carretero; Saéz-Baeza, 2015).

Vale ressaltar, também, a forte influência do educador Paulo Freire em relação à abordagem dialógica, participativa e crítica da comunicação, na qual o receptor não é passivo às informações que recebe. Ao criar espaços de expressão, essas abordagens evidenciam as culturas locais e dão visibilidade a grupos marginalizados. Esses processos participativos são fundamentais, mas, em um contexto macroestrutural, são limitados e insuficientes para romper as barreiras que a estrutura de mídia apresenta para o desenvolvimento territorial.

Amartya Sen (2000) evidencia que as Tecnologias da Informação e Comunicação (TDIC) podem fazer parte do processo de ampliação das liberdades dos indivíduos, considerando o conceito de desenvolvimento como liberdade, quando o indivíduo se desenvolve a partir do momento que tem liberdade de acesso às condições de evitar privações de elementos básicos, como: alimentação, informação, liberdade de se expressar, educação, entre outros. Essa abordagem se afasta da visão economista, evidenciando o bem-estar social e a equidade de oportunidades como objeto de desenvolvimento.

Na tentativa de garantir a ampliação das liberdades do indivíduo através do acesso a esses elementos básicos, é fundamental o planejamento e a efetivação de políticas públicas que afirmem a equidade social, considerando a equalização do atendimento das necessidades culturais, sociais, econômicas, políticas e espirituais de diversos grupos sociais.

Políticas educacionais de avaliação externa

A reforma educacional nos anos 1990 foi uma revolução, dando ênfase na avaliação externa como instrumento de monitoramento na agenda de políticas nas instituições educacionais. Essa reforma educacional foi adotada por diversos países, inclusive o Brasil, sob a influência dos debates ocorridos na Conferência Mundial de Educação para Todos, que aconteceu na cidade de Jomtien, na Tailândia. As conclusões da Conferência resultaram na



Declaração Mundial sobre Educação para Todos³, que reconhecia a educação de qualidade como direito fundamental de todos e o seu papel para a construção de uma sociedade mais justa, em que, em todos os países, o educando, teria direito a ser educado. Desse modo, foram definidas, no Plano Decenal de Educação para Todos, metas para modificar as políticas educacionais, as diretrizes curriculares, a organização na gestão das escolas e nas práticas pedagógicas dos educadores, no sentido de mudar a forma como se educa os educandos em uma visão sociocrítica de sociedade.

No Brasil, o modelo de reforma do Estado fundamenta-se no conjunto de políticas econômicas associadas ao neoliberalismo, implantado nos países do centro, sujeitando-se às políticas de liberalização financeira e comercial e de desregulamentação cambial, sendo o principal objetivo a atração de recursos externos. Dessa forma, as reformas neoliberais centravam-se na desregulamentação dos mercados, abertura comercial e financeira e redução do tamanho e do papel do Estado (Frigotto, 2012).

Umas das medidas de cunho federal da reforma educacional que mudou o currículo na gestão escolar foram as avaliações externas, como: o Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), em 1990; o Exame Nacional de Curso (ENC), em 1995; e o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), em 1998. Essas avaliações tiveram, sem dúvida, um papel preponderante para o currículo e para a gestão escolar. Nessa dimensão, avaliar os educandos é explorar o cotidiano na perspectiva das diretrizes curriculares da educação, conforme a reforma educacional atual na gestão escolar.

Em tese, a avaliação de larga escala possibilita colaborar, positivamente, para a educação. Bauer, Alvares e Oliveira (2015) apontam algumas vantagens desse tipo de avaliação, tais como: Definir padrões e expectativas para o aprendizado dos alunos, podendo servir para orientar o trabalho das escolas; Guiar o planejamento dos professores, dando-lhes pistas sobre o quê e quando ensinar aos alunos, apoiado no gerenciamento de sala de aula e evitando, assim, perda de tempo didático; Produzir para a comunidade informações sobre a qualidade do ensino nas escolas em relação aos componentes curriculares avaliados, auxiliando, também, os pais a tomar decisões bem fundamentadas sobre onde desejam que seus filhos estudem.

Nesse contexto, as avaliações externas auxiliam na aprendizagem dos educandos e correspondem à política de gestão escolar, que se relaciona com a transformação da sociedade contemporânea, engendrada pelas políticas educacionais, as diretrizes curriculares e a estrutura e organização do ensino.

Determinados estados brasileiros, que foram subsidiados pela reforma, por meio de uma lei federal, criaram mecanismos de avaliações externas do Ensino Fundamental para poder controlar a sua educação, no sentido de fornecer dados sobre o desempenho e resultados do sistema educativo para a gestão escolar. Os pioneiros foram o Ceará (1992), Minas Gerais (1992) e São Paulo (1996). Esses estados elaboraram as avaliações externas pelo conteúdo dos descritores para diagnosticar a aferição das competências e habilidades em Língua Portuguesa e Matemática.

O Ceará foi um dos estados brasileiros que anteciparam, em sua política educacional, o viés da política econômica na gestão escolar no final dos anos 1980, o que antecedeu às reformas educacionais de base neoliberais mais amplas. O propósito da antecipação realizada na reforma cearense na política pública de educação não difere das mudanças educacionais propostas mundialmente, pois, na sua estrutura, já se configurava a implementação de uma

³ Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-mundial-sobre-educacao-para-todos-conferencia-de-jomtien-1990> Data de acesso: 2 out 25.



política baseada no gerencialismo e na lógica capitalista de mercado que antecederam as políticas de *accountability* ou prestação de contas. Segundo Valdevino (2018), essa política reformista cearense era conduzida pelo setor industrial da burguesia local e foi dividida entre três fases da governabilidade do Estado do Ceará.

Dois aspectos importantes relacionam essas políticas de ciclos cearenses com a reforma educacional na gestão vigente. O primeiro seria a introdução dos testes padronizados de larga escala no Estado do Ceará; O segundo seria uma forte mudança no cenário da economia cearense no tocante ao saneamento das finanças como elemento central na relação entre o Estado e os municípios, baseada numa proposta de descentralização e democratização objetivando a municipalização do ensino público, consubstanciada pela criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF).

Esse fato está diretamente relacionado a um regime que constituiria uma colaboração em conformidade com a condicionalidade. Nessa condicionalidade, ficou acertada uma contrapartida acerca da obrigatoriedade do apoio técnico e pedagógico do governo estadual às redes de ensino municipais. Tal processo ocorreu por meio do Programa Alfabetização na Idade Certa (PAIC), do repasse da cota-parte do Imposto sobre Circulação de Mercadoria e Serviço (ICMS), do Prêmio Escola Nota Dez, entre outros.

Assim como apresentado no *site* oficial da Secretaria da Educação do Governo do Estado⁴, o Programa Alfabetização na Idade Certa (PAIC) teve sua origem pela iniciativa de alguns municípios cearenses, apoiados pela Undime, Aprece e Unicef, a partir dos resultados do Comitê Cearense pela Eliminação do Analfabetismo Escolar, instituído na Assembleia Legislativa. O Programa foi transformado em política pública prioritária do Governo do Estado em 2007. Desde então, todos os municípios passaram a contar com apoio técnico e financeiro para a gestão municipal, avaliação, formação de professores, aquisição de material didático e de apoio pedagógico.

O PAIC, juntamente com outras experiências, contribuiu para a estruturação, por parte do Ministério da Educação (MEC), do Pacto Nacional Alfabetização na Idade Certa (PNAIC). Como política de avaliação do PAIC, o Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Ceará (SPAECE) é, na verdade, uma obra do pioneirismo cearense no contexto dessas reformas e que inspirou a criação, mais tarde, do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) nacional, assim como o Fundo de Educação Cearense foi o embrião do FUNDEF. O instrumento avaliativo externo do Ceará, o Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Ceará (SPAECE), teve início em 1992.

Em 2022, o SPAECE completou 30 anos de criação e, nesse período, foi se complexificando, atualizando e incorporando os avanços decorrentes da psicometria e das avaliações de larga escala. O propósito deste projeto é representar um momento de reflexão sobre essa avaliação estadual, a primeira criada no país, no âmbito dos especialistas e sujeitos partícipes. Não à toa, em 2022, é aprovado o novo Fundeb, que traz, em seu escopo, o fortalecimento de processos avaliativos associados a mecanismos de *accountability*, incluindo a vinculação de recursos a resultados. Para Freitas (2009, p. 47), a avaliação externa foi evoluindo à medida que foi aplicada nas escolas estaduais e municipais:

É um instrumento de acompanhamento global de redes de ensino com o objetivo de traçar séries históricas do desempenho dos sistemas, que permitam verificar tendências ao longo do tempo, com a finalidade de reorientar políticas públicas.

⁴ Site Oficial da Secretaria de Educação do Estado: <https://www.seduc.ce.gov.br/>



Não obstante, a política de avaliação externa, voltada para melhoria da aprendizagem dos alunos e utilizada por vários estados brasileiros, é alvo de elogios e críticas, dividindo opiniões quanto à sua eficácia. De um lado, a compreensão de que esse modelo de política pública não passa de uma prestação de contas aos bancos internacionais, fazendo com que professores e alunos se sintam pressionados a gerar resultados satisfatórios que atendam a um padrão de indicadores. De outro, o entendimento de que esses processos avaliativos podem fornecer dados que contribuam não só para o planejamento de políticas educacionais, mas para o diagnóstico do desempenho dos alunos, possibilitando ao professor trabalhar com autonomia e de forma mais direcionada as potencialidades e dificuldades de cada um dos seus alunos na projeção de metas e na elaboração de atividades interventoras, visando a consolidação das habilidades mínimas para cada etapa de ensino.

Reflexões a partir de narrativas e evidências documentais

Este estudo buscou compreender o uso pedagógico dos resultados de avaliações externas na rede de ensino de Fortaleza, com o propósito de aperfeiçoar a aprendizagem dos estudantes do 2º ano do Ensino Fundamental que se encontram em processo de aquisição das habilidades e competências de leitura e escrita.

Na atualidade, a educação escolar é afetada de várias maneiras, exigindo uma formação embasada nas habilidades cognitivas e nas competências sociais e pessoais. A globalização tem provocado um quadro dramático de desemprego e exclusão social e é preciso que ocorram ações que ponham a economia a serviço da sociedade e, no âmbito da educação, essas medidas têm sido viabilizadas pelas chamadas reformas neoliberais impostas pelas instituições financeiras internacionais. A avaliação externa em larga escala é uma dessas medidas e vem sendo utilizada para apontar o nível de desempenho de escolas de todo o país.

Não há dúvidas que esse instrumento utilizado nas escolas é uma poderosa ferramenta no planejamento de políticas públicas educacionais, mas não deve ser visto apenas para essa finalidade. Isso significa não apenas treinar ou condicionar os alunos, submetendo-os a testes padronizados com o intuito de classificar e/ou promover ou reter esses alunos. O professor precisa conhecer as reais dificuldades e as potencialidades de cada criança e isso só será possível através dos diagnósticos revelados nos instrumentos avaliativos.

Nesse sentido, auxiliar o professor a compreender o caráter diagnóstico e formativo das avaliações externas é o ponto principal desta pesquisa. Para tanto, esta seção apresenta a análise dos dados coletados durante a pesquisa de campo ocorrida no mês de agosto de 2025. A pesquisa contou com a participação de sete escolas da rede pública municipal de Fortaleza, sendo quatro escolas que apresentaram os melhores resultados no SPAECE, nas edições de 2022 e 2023 e três escolas que apresentaram as proficiências mais baixas, nas turmas de 2º ano.

A aplicação desse tipo de análise possibilitou extrair interpretações e compreender o processo de avaliações externas no contexto pesquisado. Segundo Bardin (2011), o rigor na aplicação das técnicas é um aspecto relevante na análise de conteúdo, requerendo um planejamento cuidadoso e uma clara definição dos objetivos da pesquisa. Através das entrevistas foi possível a aquisição de informações relevantes. Portanto, a análise não se limita apenas à coleta de dados, mas abrange também sua interpretação e atribuição de significado, tornando a abordagem rica e dinâmica para a transposição dos dados coletados (Bardin, 2011). A apreciação e discussão dos resultados da pesquisa estão organizados da seguinte forma: 1. Percepções sobre o SPAECE e a Gestão Pedagógica dos Resultados; 2. Objetivos Educacionais



que moldam o Projeto Político Pedagógico das Escolas; 3. A Avaliação da Aprendizagem no Contexto Escolar.

Percepções sobre o SPAECE e a Gestão dos Resultados

Fernandes (2009), aborda o papel da avaliação externa no sistema educacional e da sua relação com a prestação de contas. O depoimento desses participantes trata da pressão para obter bons resultados nessas avaliações, onde falta tempo para a exercer a função de professor em sala, tendo de trabalhar com simulados, principalmente, nos meses que antecedem a prova do SPAECE, tornando as aulas cansativas e desgastantes, como se fosse uma espécie de treino com os alunos.

A consolidação da gestão por resultados pode ser atribuída aos programas adotados pelo estado do Ceará e esses instrumentos podem influenciar o comportamento das escolas e do sistema educacional. O depoimento dos professores e coordenadores pedagógicos retrata essa gestão de resultados como algo que pode gerar um clima tenso e de cobrança na escola, em que o trabalho de aplicação de simulados e outras atividades com esse foco se intensificam nos meses que antecedem à aplicação da prova.

Os resultados do SPAECE são divulgados no ano posterior à sua aplicação, no site oficial da Secretaria da Educação do Governo do Estado do Ceará e são de domínio público. Esses resultados são gerados em planilha Excel e apresentam dados estaduais, regionais, municipais, por escola e por estudante, das redes públicas de todos os municípios do Ceará, de todas as edições desta avaliação. Os boletins exibem indicadores educacionais como taxa de participação, proficiência, nível de desempenho, quantitativo e percentual de estudantes em cada nível da escala de desempenho, percentual de acerto médio e percentual de acerto de cada habilidade abordada e o Índice de Desenvolvimento Escolar (IDE).

A nível de políticas públicas estaduais, o Governo do Estado do Ceará instituiu o Prêmio Escola Nota 10, através da Lei Estadual nº 15.923/2015, com o objetivo de apoiar os municípios na melhoria da qualidade do ensino. A lei prevê premiação em dinheiro para as 150 escolas de 2º ano, 150 escolas de 5º ano e 150 de 9º ano que atingirem IDE entre 8,5 e 10, atendendo aos critérios de desempate, caso aconteça.

Em conformidade com o Relatório de Avaliação Executiva, a execução do recurso recebido pela escola acontece mediante a elaboração de plano de aplicação de recursos financeiros aprovado pela comissão de análise da Coordenadoria Administrativa Financeira (COAFI) da SEDUC, possibilitando a aquisição de material de consumo, capital e até bonificação para professores e demais profissionais. Os critérios de premiação definidos pela lei para o 2º ano constam no Relatório de Avaliação Executiva e são apresentados no Quadro 1:

Quadro 1 – Critérios para escolas premiadas

2º ano: Art. 2º Lei 15.923/2015
I - Ter, no momento da avaliação de alfabetização do Sistema Permanente de Avaliação da educação Básica do Ceará - SPAECE, pelo menos 20 (vinte) alunos matriculados no 2º ano do Ensino Fundamental regular;
II - Ter obtido média de Índice de Desenvolvimento Escolar - Alfabetização (IDE-Alfa) situada no intervalo entre 8,5 (oito e meio) e 10,0 (dez), inclusive;
III - Ter no mínimo 90% (noventa por cento) de alunos matriculados no 2º ano do Ensino Fundamental, avaliados pelo Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Ceará - SPAECE.



§3º O município deverá ter um mínimo de 70% (setenta por cento) de alunos do 2º ano do Ensino Fundamental de sua rede, situados no nível “desejável” da escala de alfabetização do SPAECE, como condição para que as escolas de sua rede possam receber o Prêmio.

Fonte: Relatório de Avaliação Executiva da SEDUC

De acordo com Vidal e Costa (2021), o Prêmio Escola Nota Dez é uma política de *accountability* educacional baseada na recompensa e no apoio, inerentes ao pilar da responsabilização, que está articulada a métricas bem definidas do SPAECE e da composição do IDE e conduz a um modelo de prestação de contas públicas.

No âmbito municipal, a Secretaria Municipal da Educação de Fortaleza, através da portaria nº 0317/2020, do dia 04 de novembro de 2020, instituiu o Programa Escola com Excelência em Desempenho (PEMED), que visa atribuir premiação às escolas que atingirem os melhores resultados no SPAECE e SPAECE-Alfa. A premiação das unidades escolares consiste no repasse de recursos financeiros, entrega de placas e certificados, mediante critérios definidos pela portaria. Além de premiação às escolas, estudantes do 5º e 9º ano do Ensino Fundamental que se destacam pelo resultado em Língua Portuguesa e Matemática, também são premiados, com *smartphone*.

A opinião entre os professores é divergente e equilibrada, onde quatro professores consideram os resultados fiéis, quatro consideram parcialmente e quatro não acham que retratam a realidade da sala de aula. Entre os coordenadores pedagógicos essa resposta é mais padronizada, pois seis coordenadores consideram os resultados fidedignos e que descrevem o real desempenho dos estudantes e apenas um não considera o resultado fiel. Diante dos relatos, é possível reconhecer que a solidez dos resultados é prejudicada por vários fatores que podem influenciar no produto.

SPAECE: O que precisa ser melhorado

Em conformidade com o relato dos professores e coordenadores pedagógicos, o SPAECE apresenta fragilidades que podem comprometer o desempenho dos estudantes no momento da prova. Cerca de 42% dos entrevistados, 8 no total, se manifestaram contra o processo de aplicação e mais especificamente, sobre o despreparo dos aplicadores.

Os principais aspectos do SPAECE a serem melhorados, de acordo com as considerações dos 19 participantes foram: a prova de leitura abordar textos mais adequados à realidade dos estudantes, tanto em relação à extensão, como o vocabulário; garantir a frequência dos estudantes no dia da aplicação da prova; a falta de incentivo financeiro aos professores; a possibilidade de o aluno acertar ao acaso; a cobrança excessiva por resultados satisfatórios; a falta de formação sobre a análise dos dados de avaliações externas; e o ponto mais mencionado foi o despreparo dos aplicadores. Os relatos apontam grande fragilidade na forma de como alguns aplicadores não possuem didática adequada no momento de realizar a leitura dos itens para os estudantes e de lidar com as crianças.

Os aplicadores da prova do SPAECE são externos, contratados pela Secretaria da Educação do Estado do Ceará (SEDUC) e os professores regentes podem permanecer na sala durante a aplicação, mas não interferir no processo. Essa estratégia tentar garantir que os estudantes se sintam mais seguros, já que o professor é uma referência em sala. Contudo, conforme relatos, o modo de aplicação pode interferir na compreensão do aluno no momento de responder os itens, como problemas de dicção de alguns dos aplicadores, assim como a rapidez na leitura das questões da prova e a falta de sensibilidade ao tratar os estudantes de forma cordial.



Práticas Pedagógicas com Foco na Aprendizagem

Alguns coordenadores pedagógicos e professores participantes deste estudo compreendem que o SPAECE apesar de ter focos mais administrativos é uma boa ferramenta para ajudar no processo de ensino e aprendizagem dos estudantes, porém, não deve ser o único ou o principal meio. É uma avaliação que fornece dados importantes sobre o desempenho dos alunos, apesar de apresentar pontos que precisam ser melhorados.

O SPAECE é uma avaliação com caráter somativo, com base no que defende Luckesi (2011) em que o termo “avaliação somativa” sugere que o resultado é a soma das partes e que pode reforçar uma visão classificatória. Ela é aplicada aos estudantes no final do ano letivo e tem seus resultados divulgados somente no ano posterior à sua aplicação. Porém, por ser uma avaliação em larga escala, aplicada de forma censitária, o seu objetivo principal é gerar indicadores educacionais para o planejamento de ações de política pública, como valorização de profissionais da educação, formação de professores, aquisição de material pedagógico, dentre outras tarefas.

Soares (2021) afirma que a avaliação em metodologias ativas deve ser formativa, qualitativa e processual e que diferentemente da avaliação somativa, realizada ao término dos estudos para qualificar o quanto os alunos aprenderam, na formativa, prioriza-se o processo, no intuito de compreender os pontos a serem melhorados como forma de auxiliar na evolução e não no julgamento e classificação da turma. Nesse sentido, através das narrativas e dos documentos analisados, foi possível observar a compreensão dos participantes em relação à importância de planejar ações sempre com base no resultado de avaliações, principalmente as de caráter diagnóstico e formativo.

Com a análise documental realizada nas escolas também foi possível observar que o Projeto Político Pedagógico não aborda o SPAECE, especificamente, como instrumento de favorecimento ao planejamento de ações pedagógicas diárias. Os indicadores são divulgados nas escolas de uma forma mais ampla, conduzindo o plano anual dos professores, com destaque às habilidades que os estudantes apresentaram maiores dificuldades.

Nesse contexto, é possível afirmar que a avaliação diagnóstica e formativa é um condutor fundamental à prática pedagógica nas escolas da rede de Fortaleza. Segundo Luckesi (2011), a utilização das provas como ameaça aos alunos, por si, não tem nada a ver com o significado dos conteúdos escolares, mas sim com o disciplinamento social dos educandos sob a égide do medo. O ato de avaliar se caracteriza pelo seu diagnóstico e pela inclusão, favorecendo a efetivação de uma educação com mais equidade e não pela punição e/ou classificação. O professor precisa avaliar para conhecer seus alunos e formular atividades que favoreçam a aprendizagem, sempre retomando, caso o educando não consiga avançar para competências mais complexas.

Considerando a abordagem sobre a tomada de decisão e ação do professor após o diagnóstico realizado (Luckesi, 2021), as escolas pesquisadas apresentaram ações realizadas que foram planejadas sempre a partir da análise dos indicadores de avaliações, sem desconsiderar as competências contempladas no currículo escolar. Sobre o currículo, Pacheco (2018) reflete que tradicionalmente o currículo é a seleção cultural de determinados conhecimentos e práticas, mas é também o conjunto de experiências, vivências, procedimentos, opções metodológicas e modos de avaliação, é um conceito de vasta variedade semântica de difícil unanimidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS



Compreender as políticas públicas sob uma perspectiva neoliberal atualmente é fundamental, pois a abordagem neoliberal pode ter impacto em várias áreas, como por exemplo nas políticas sociais e na relação entre o governo e o setor privado. Além disso, é possível analisar criticamente seus efeitos em relação às desigualdades sociais, ao acesso a serviços básicos e na forma de como as decisões políticas são tomadas.

As políticas públicas precisam estar voltadas à redução das desigualdades socioeconômicas, promovendo o crescimento econômico e a melhoria da qualidade de vida da população. Para isso, é importante que essas políticas sejam planejadas de forma integrada e sustentável, considerando as especificidades de cada região e promovendo a participação da sociedade, garantindo uma distribuição mais equitativa dos recursos e das oportunidades.

Nesse contexto, encontram-se as políticas educacionais, que devem garantir o acesso e a permanência de todos a uma educação de qualidade. Para isso, é necessário obter indicadores que apresentem as reais necessidades de investimentos para a efetivação de ações que possibilitem a qualidade do ensino. Atualmente, um dos instrumentos mais utilizados na verificação de indicadores educacionais é a avaliação externa em larga escala.

É preciso refletir sobre a avaliação externa como um instrumento que oportuniza a análise do desempenho dos estudantes e que é fundamental para o aperfeiçoamento da prática pedagógica dos professores em sala de aula, visando a melhoria da aprendizagem e a elevação de indicadores educacionais. Mas, para além do embasamento teórico, de dominar os saberes e as competências docentes, o professor precisa tomar consciência das intenções dos formuladores das políticas públicas e diretrizes a fim de atuar nas transformações necessárias à escola como um todo.

A avaliação externa em larga escala é uma ferramenta importante utilizada na projeção de metas e planos de ação de políticas educacionais, mas o professor precisa refletir sobre o seu caráter diagnóstico e formativo e não somente o somativo. Por esse motivo, é necessário aprender a avaliar, pois ainda se examina mais do que se avalia. Utilizar provas como ameaça ou como uma forma de classificar/promover/reter o aluno não garante a aprendizagem e não considera o real significado da avaliação, que é o de auxiliar na construção do conhecimento, podendo-se, assim, cometer o erro da transposição indevida de qualidade para quantidade.

Ao analisar os resultados obtidos nas avaliações e não somente utilizar esses dados para aprovar ou reprovar o aluno, o professor é conduzido a uma tomada de decisão, à ação, como o planejamento de atividades mais significativas e direcionadas às potencialidades e/ou dificuldades de cada aluno, indicando a necessidade da intervenção até que se aprenda. Segundo Luckesi (2011), o melhor diagnóstico possibilitará a melhor intervenção e, conseqüentemente, os melhores resultados.

Em relação ao SPAECE, especificamente, os depoimentos mostram que se faz necessário o uso dos seus indicadores, como a proficiência e percentual de acerto, assim como os descritores trabalhados, mas que esse não deve ser o único foco do processo de ensino e aprendizagem. Todos compreendem que o avanço nos indicadores dessas avaliações deve ser consequência do avanço na aprendizagem do educando em sala de aula. E que apesar dos resultados se apresentarem de forma fiel, na maioria das vezes, onde conseguem retratar a realidade de sala de aula, o SPAECE apresenta algumas fragilidades.

Essas fragilidades estão relacionadas, principalmente, à cobrança de uma política de resultados, onde estudantes e professores se sentem pressionados a mostrar resultados satisfatórios e à aplicação de simulados, principalmente nos meses que antecedem à sua aplicação, que funciona como um treinamento. Além disso, os aplicadores externos selecionados para as turmas de 2º ano, não possuem uma didática favorável ao processo, podendo prejudicar o resultado de alguns estudantes.



O SPAECE, como uma avaliação em larga escala, é positiva ao que se propõe, que é gerar indicadores para a elaboração de políticas educacionais para redes de ensino estaduais e municipais do Ceará, mas não subsidia de forma integral o planejamento do professor, sobretudo por abordar uma matriz de referência, que é um recorte de uma matriz curricular, e por ter seus resultados divulgados apenas no ano posterior à sua aplicação

REFERÊNCIAS

ALVES, A. M.; ROCHA NETO, J. M. da. **A nova política nacional de desenvolvimento regional – PNDR II: critérios, tipologia territorial e espaços prioritários**. Revista Política e Planejamento Regional, Rio de Janeiro, v.1, n.2, p.311-338, julho-dezembro, 2014.

ARAÚJO, T. B. de. Tendências do desenvolvimento regional recente no Brasil. In: BRANDÃO, D. A.; SIQUEIRA, H. (orgs). **Pacto federativo, integração nacional e desenvolvimento regional**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2013. P.39-51.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2011.

BARRANQUERO-CARRETERO, A.; SÁEZ-BAEZA, C. Comunicación y buen vivir: La crítica descolonial y ecológica a la comunicación para el desarrollo y el cambio social. **Palabra Clave**, v. 18, n. 1, p. 28-45, 2015. Disponível em: https://www.scielo.org.co/scielo.php?pid=S0122-82852015000100003&script=sci_arttext. Acesso em: 13 out. 2025.

BAUER, A.; ALAVARSE, O. M.; OLIVEIRA, R. P. de. Avaliações em larga escala: uma sistematização do debate. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 41, n. especial, p. 1367-1382, dez. 2015.

BOLAÑO, C. R. S. **Economia política, globalização e comunicação**. Aracaju: Universidade Federal de Sergipe, 1996.

BRENNER, N. **New state spaces: urban Governance and the rescaling of statehood**. Oxford: Oxford University Press, 2004.

COSTA, A. G.; VIDAL, E. M.. Prêmio Escola Nota Dez no estado do Ceará: concessão, ajustes e responsabilização. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 102, n. 261, p. 415-436, maio-agosto 2021.

FAVARETTO, A. Multiescalaridade e multidimensionalidade nas políticas e nos processos de desenvolvimento territorial: acelerar a transição de paradigmas. In: SILVEIRA, R. de L. L. da; DEPONTI, C. M. (org.). **Desenvolvimento regional: processos, políticas e transformações territoriais**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2020. p. 350.

FERNANDES, D. **Avaliar para aprender: fundamentos, práticas e políticas**. São Paulo: Editora Unesp, 2009.

FINE, B. Beyond the developmental state: towards a political economy of development. In: LAPAVITSAS, C.; NOGUCHI, M. (ed.). **Beyond market-driven development: drawing on the experience of Asia and Latin America**. London: Routledge, 2005. p. 17–33.



FREITAS, A. P. de. Avaliação em larga escala: uma definição conceitual. In: MACHADO, C. & FREITAS, P. F. **Avaliação educacional e política pública**: debates contemporâneos. São Paulo: Cortez, 2009, p. 47.

FRIGOTTO, G. Educação omnilateral. In: CALDART, R.; PEREIRA, I. B.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO, G. (org.). **Dicionário da educação do campo**. Rio de Janeiro; São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; Expressão Popular, 2012.

LEVIN, B. An epidemic of education policy: what we learn from each other? **Comparative Education**, v. 34, n. 2, p. 131-141, 1998.

LIBÂNEO, C. J.; OLIVEIRA, J. F.; TOSCHI, M. S. **Educação escolar**: política, estrutura e organização. 10. ed. rev. e ampl. São Paulo: Cortez, 2012. (Coleção Docência em Formação: Saberes Pedagógicos).

LUCKESI, C. C. **Avaliação da aprendizagem escolar**: estudos e proposições. 22. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MIROWSKI, P. Postface: defining neoliberalism. In: MIROWSKI, P.; PLEHWE, D. **The road from Mont Pèlerin**: the making of the neoliberal thought collective. Cambridge: Harvard University Press, 2009. p. 417–455.

MONTEIRO NETO, A. **Desenvolvimento regional no Brasil**: políticas, estratégias e perspectivas. Brasília: Ipea, 2015.

SOARES, C. **Metodologias ativas**: uma nova experiência de aprendizagem. São Paulo: Cortez, 2021.

PACHECO, A. **Escritos curriculares**. São Paulo: Cortez, 2018. ISBN 978-85-249-1156-9.

PERONI, V. M. V.; CAETANO, M. R. O público e o privado na educação: projetos em disputa? **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 9, n. 17, p. 337-352, jul./dez. 2015.

VALDEVINO, F. G; SILVA, A. F. da. **Políticas de accountability como estratégia para a consolidação do gerencialismo na educação pública cearense (2007-2014)**. In: Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal de Campina Grande.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

